

v. **6**

Danielle de Guimarães  
Germano Arlé

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O

**MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
BRASILEIRO**

P  
R  
E  
F  
A  
C  
I  
O

PROF<sup>ª</sup>.  
KAY  
PRANIS

C  
O  
L  
E  
Ç  
Ã  
O

MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
RESOLUTIVO

C  
O  
O  
R  
D  
S

MARCELO  
PEDROSO  
GOULART

GREGÓRIO  
ASSAGRA DE  
ALMEIDA





**Belo Horizonte**      **São Paulo**  
 Av. Brasil, 1843,      Av. Paulista, 2444,  
 Savassi, Belo Horizonte, MG      8º andar, cj 82  
 Tel.: 31 3261 2801      Bela Vista – São Paulo, SP  
 CEP 30140-007      CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
 Copyright © 2020, Danielle de Guimarães Germano Arlé

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Leticia Robini
<i>Diagramação</i>	Enzo Zaqueu
<i>Ilustração Sobrecapa</i>	Patricia Tavares

1174485

#### Catálogo na Publicação (CIP)

A723      Arlé, Danielle de Guimarães Germano  
 A justiça restaurativa e o ministério público brasileiro / Danielle de Guimarães Germano  
 Arlé. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.  
 298 p. - (Ministério Público resolutivo; v. 6)

ISBN 978-65-5059-093-2

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Título. II. Série.

CDDir: 341.2

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



\*  
 Rodapé



## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	19
A HISTÓRIA DA ILUSTRAÇÃO, POR ELA MESMA.....	21
AN INVITATION TO THE READER, BY KAY PRANIS.....	25
UM CONVITE AO LEITOR, POR KAY PRANIS.....	29
INTRODUÇÃO.....	33
1. OS CONCEITOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA. EVOLUÇÃO. CONCEITOS ATUAIS. CONCEITOS EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO.....	35
1.1. A ANÁLISE DO TERMO 'JUSTIÇA RESTAURATIVA'.....	35
1.2. O CONCEITO TRAZIDO PELA ONU E ALGUNS OUTROS NELE BASEADOS.....	38
1.3. OS CONCEITOS DE HOWARD ZEHR E OS CONCEITOS PRÓXIMOS A ELES.....	43
1.3.1. A Justiça Restaurativa como um conjunto de princípios e valores que pode ser aplicado em qualquer lugar.....	43
1.3.2. A Justiça Restaurativa como visão de justiça com foco nas necessidades.....	51
1.3.3. A Justiça Restaurativa como uma roda.....	52
1.3.4. A Justiça Restaurativa como uma nova forma de fazer perguntas.....	52
1.3.5. A Justiça Restaurativa como uma flor.....	53

1.3.6. A Justiça Restaurativa como visão de justiça informada sobre o trauma.....	54
1.3.7. A Justiça Restaurativa como modo de vida.....	56
1.4. ALGUNS OUTROS CONCEITOS.....	57
1.5. O CONCEITO DA RESOLUÇÃO CNJ N. 225/2016.....	60
1.6. CONCEITO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO: BÚSSOLA E NÃO MAPA.....	62
2. ALINHANDO A TERMINOLOGIA.....	65
3. A ORIGEM DO TERMO JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	67
4. O MOVIMENTO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL.....	69
5. DESFAZENDO MITOS.....	71
6. OBJETIVOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	85
7. VÍTIMA E OFENSOR: COMO DENOMINÁ-LOS NA JUSTIÇA RESTAURATIVA?.....	95
8. REQUISITOS E PRINCÍPIOS COMUNS PARA TODOS OS PROCESSOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	97
9. MÉTODOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	101
9.1. A MEDIAÇÃO VÍTIMA-OFENSOR-MVO.....	103
9.2. A CONFERÊNCIA VÍTIMA-OFENSOR-CVO ou CONFERÊNCIA RESTAURATIVA.....	106
9.3. OS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ.....	109
9.4. A CONFERÊNCIA DE GRUPO FAMILIAR - CGF DA NOVA ZELÂNDIA.....	120
10. AS FERRAMENTAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	123

10.1. NÃO-SABER A RESPOSTA E MANTER A CURIOSIDADE CONSTANTE SOBRE O TODO E SOBRE TODOS.....	123
10.2. FAZER PERGUNTAS ADEQUADAS.....	124
10.3. VALIDAR OS SENTIMENTOS DE TODOS.....	125
10.4. USAR O RECONHECIMENTO E OS REFORÇOS POSITIVOS.....	126
10.5. USAR O PARAFRASEIO E O RESUMO.....	126
10.6. USAR A 'LINGUAGEM-EU'.....	127
10.7. USAR TÉCNICAS, DINÂMICAS OU EXERCÍCIOS QUE ENXERGAM O SER HUMANO DE MANEIRA HOLÍSTICA.....	128
10.8. EXERCITAR A EMPATIA E A ESCUTA EMPÁTICA.....	128
10.9. EXERCITAR A CNV - COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA.....	130
10.10. COMPREENDER AS LINGUAGENS VERBAL E NÃO-VERBAL.....	136
10.11. ENTENDER CADA INDIVÍDUO COMO ÚNICO.....	137
10.12. TRABALHAR COM AS PERCEPÇÕES.....	137
10.13. TER UM SENTIDO PARA A JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	138
10.14. ACREDITAR NA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	139
11. A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	141
12. A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM BELO HORIZONTE-MINAS GERAIS.....	149
12.1. O PROGRAMA NÓS- JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS DE BELO HORIZONTE.....	151
12.1.1. Relatos e registros sobre o PROGRAMA NÓS.....	155
12.1.1.1. Práticas restaurativas e a melhoria da convivência e da segurança nas escolas municipais de Belo Horizonte - um projeto estratégico de gestão pública educacional, por Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben; Eliane Castro	

Vilassanti; Letícia de Melo Honório e Marília de Dirceu Salles Dias.....	156
12.1.1.2. Relato de experiência com práticas restaurativas em uma escola municipal de Belo Horizonte: um convite a trocar as lentes, por Mayara Carvalho.....	167
12.1.1.3. Relato de experiência de equipe de direção de escola que aderiu ao programa NÓS, por Fabiana Regis.....	177
12.1.1.4. Relatos de alunas da rede municipal de ensino sobre experiências vividas nas práticas restaurativas do Projeto 'Papo de Meninas'.....	178
12.1.1.5. Percepções das professoras que coordenam e trabalham no projeto 'Papo de Meninas', por Cláudia Elizabete dos Santos Augusto e Regina Andrade.....	181
12.2. O PROGRAMA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO CIA-BH.....	181
12.2.1. Relato e registro sobre o programa Justiça Restaurativa no CIA-BH.....	184
12.2.1.1. Um olhar restaurativo: breves reflexões, por Lucas Jeronimo.....	184
12.3. O PROGRAMA ÉNOIS- JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SUASE.....	188
12.3.1. Relatos e registros sobre o programa ÉNOIS.....	190
12.3.1.1. Relato do Subsecretário da SUASE e do Gerente do programa ÉNOIS, por Bernardo Pinto Coelho Naves e Daniel Silva.....	191
12.3.1.2. A percepção de profissionais do sistema socioeducativo de Minas Gerais sobre a formação em Justiça Restaurativa.....	193
12.3.1.3. A percepção da vivência de práticas restaurativas pelos socioeducadores e pelos socioeducandos da Casa de Semiliberdade São João Batista, em Belo Horizonte.....	194

12.3.1.4. A percepção da vivência de práticas restaurativas pela equipe de educação e pelos socioeducandos do Centro Socioeducativo Santa Helena, em Belo Horizonte.....	200
12.3.1.5. A percepção da vivência de práticas restaurativas pelas socioeducandas do Centro Socioeducativo São Jerônimo, em Belo Horizonte.....	203
13. PRINCIPAIS CONCLUSÕES PROPOSTAS.....	215
14. ENCERRAMENTO COM CONVITE À 'IMAGINAÇÃO MORAL'.....	217
REFERÊNCIAS.....	219
ANEXOS.....	229